

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – IFPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT

PRODUTO EDUCACIONAL

PROPOSTA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR

SHEILA ALMEIDA DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ HENRIQUE DUARTE NETO

Proposta de Gestão Democrática Escolar: Diretrizes, Princípios e Autoavaliação.

Principais teóricos
relacionados à
temática:

Paro (2008; 2000);
Gadotti (2012);
Saviani (2011,
1999), entre outros.



Contribuições das
Ocupações
Escolares realizadas,
no segundo semestre
do ano de 2016, no
Campus Vitória de
Santo Antão – IFPE.

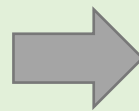


Estrutura baseada em relações
horizontais, que envolve a
comunidade escolar na construção
coletiva das ações e projetos da
escola, bem como na discussão
dos problemas do contexto social.

Escola

Instituição social responsável por socializar o saber sistematizado historicamente e imbuir nos educandos normas e valores projetados socialmente. É espaço que tanto reproduz como pode transformar as relações sociais (SAVIANI, 2011; 1999).

Forma cidadãos tanto pela transmissão de conteúdos quanto por suas ações políticas.



O ensino e a gestão escolar tornam-se importantes meios para embasar e fortalecer a luta por uma sociedade mais democrática.

Gestão Democrática Escolar

Para os alunos da ocupação do *Campus Vitória – IFPE*, trata-se da integração de todos os atores escolares nos espaços de decisão e avaliação, com autonomia para a realização de questionamentos e apontamento de soluções.

Prática política e educativa que contribui para a formação de sujeitos críticos e reflexivos, além de possibilitar a educação com qualidade social.

Precisa-se implantar ou ampliar a gestão democrática nas instituições de ensino:

A vivência na escola educa para a cidadania. Os discursos proferidos e as práticas estabelecidas na gestão das instituições de ensino são importantes para a formação de sujeitos conscientes de seus papéis perante a sociedade (GADOTTI; ROMÃO, 2012; PARO, 2008).

Os estudantes que participaram das ocupações escolares no *Campus Vitória* – IFPE defendem a prática da gestão democrática escolar para:

- Empoderar os atores escolares;
- Atender as decisões tomadas coletivamente;
- Estabelecer vínculo com lutas sociais.

Diretrizes

Resultado da união entre a discussão teórica e a pesquisa empírica.

I – Inserção dos atores escolares nas atividades da escola;

II – Compreensão dos indivíduos como sujeitos de direito;

III – Respeito às diferentes identidades individuais e coletivas;

IV – Conscientização e motivação da comunidade escolar, interna e externa, para a participação;

V – Cobrança ao Estado por investimentos financeiros e elaboração de políticas públicas promotoras da qualidade social da educação;

Diretrizes

Resultado da união entre a discussão teórica e a pesquisa empírica.

VI – Processos contínuos de avaliação da gestão;

VII – Realização de atividades formativas;

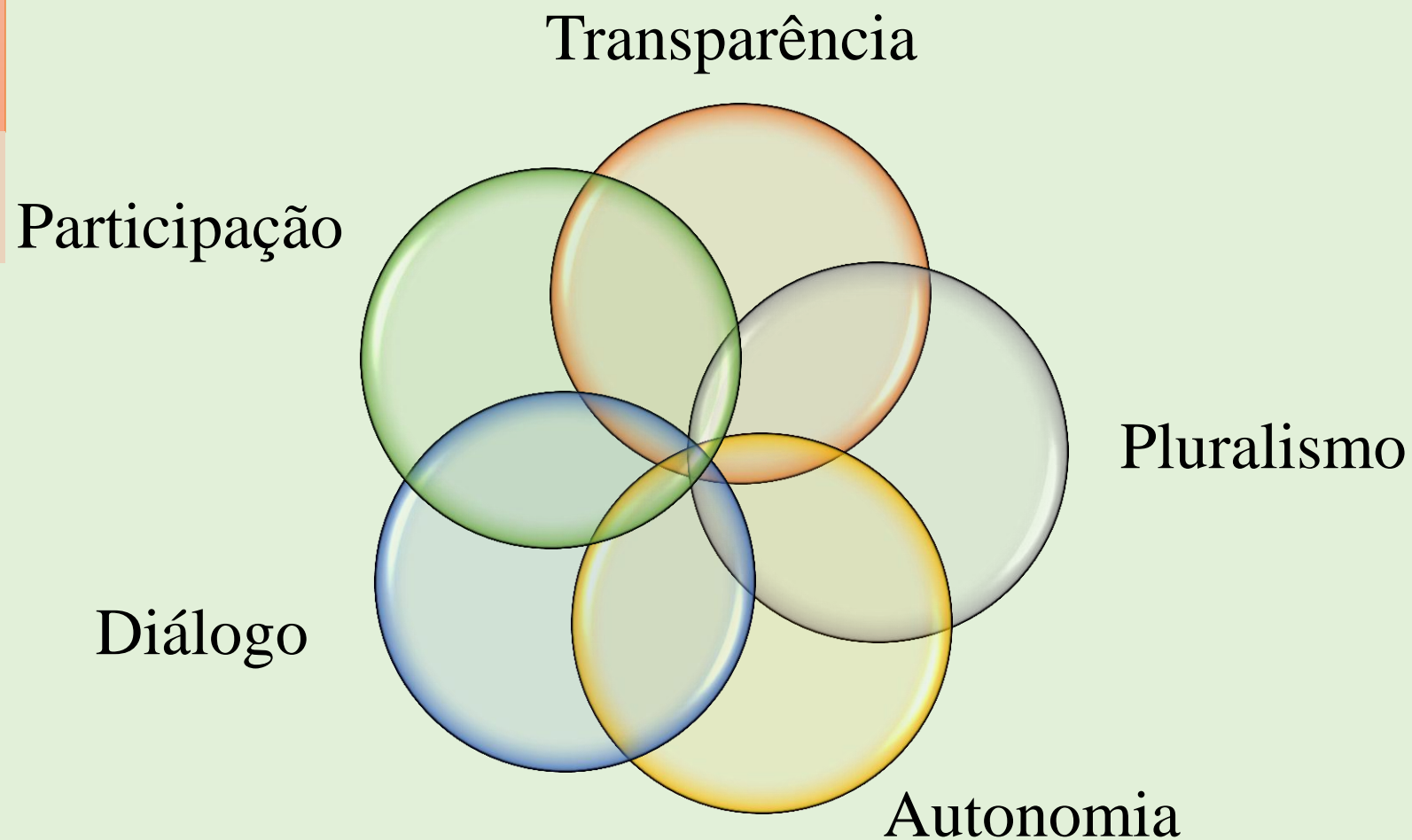
VIII – Desenvolvimento de práticas culturais e recreativas;

IX – Promoção de assembleias;

X – Implantação e/ou fortalecimento de conselhos.

Princípios

Derivados da discussão teórica e da pesquisa empírica, complementam as Diretrizes.



Autonomia

Conseguir responder às reivindicações locais específicas:

- Integrar os atores escolares nos espaços decisórios e avaliativos, para poderem abordar, de acordo com seus interesses, os desafios postos pela realidade dinâmica e única de cada instituição.

“a capacidade das escolas traduzirem e construírem suas alternativas, fundadas em suas reflexões e leitura da sua realidade” (MELO, 2001, p. 253).

Pluralismo

Reconhecer as instituições de ensino como espaços plurais:

- Lutar contra a homogeneização;
- Valorizar os indivíduos com suas especificidades e atender suas necessidades;
- Tratar de temas ligados à diversidade de gênero, raça, religiosa, cultural, etc;
- Combater, cotidianamente, os casos de intolerância, marginalização e violência (ROSENO, 2017).

Transparência

Comunicar o que está sendo idealizado e realizado com a comunidade interna e externa:

- As informações têm de ser claras e objetivas;
- As mudanças significativas acontecem após a compreensão da realidade (PARO, 2000).
- Os estudantes enfatizaram a necessidade de pensar em canais para divulgação e diálogo além das reuniões periódicas. Mostraram a potencialidade das redes sociais (Página no Facebook e Grupo no WhatsApp) para melhorar a comunicação.

Diálogo

Proporcionar espaços para fala e escuta dos atores escolares, garantindo:

- O direito à participação;
- Novas perspectivas à gestão escolar, com diversificação de ideias e, conseqüente, consenso de interesses e de decisões, pois conforme o exemplo das ocupações:

“a ideia não era uniformizar as opiniões dos estudantes, mas sim fazer com que eles se mobilizassem em prol ou contra alguma coisa e não que todo o direcionamento escolar ficasse em torno de um diretor ou de um secretário”(ESTUDANTE 01).

Participação

Para os estudantes ocupantes, a participação é primordial em um projeto democrático, pois ela consegue:

- Oportunizar à comunidade vivenciar a rotina escolar;
- Diminuir a verticalidade nas tomadas de decisões, ao ouvir e dar importância à voz dos profissionais da educação, dos alunos, dos pais e da comunidade externa;
- Fortalecer o sentimento de coletividade;
- Ajudar na construção da criticidade dos atores.

Autoavaliação

Resultado das orientações dadas nas Diretrizes e das observações postas com os Princípios.

- I** – Superação da participação executiva;
- II** – Atenção à normatização dos espaços participativos;
- III** – Consideração dos diversos tipos de conhecimento;
- IV** – Respeito aos diferentes interesses;
- V** – Organização de espaços físicos e horários adequados;
- VI** – Conexão com a realidade na qual a escola encontra-se inserida.

I – Superação da participação executiva:

- Maior autonomia para a comunidade escolar participar, efetivamente, nas questões relevantes das esferas administrativas, pedagógicas e financeiras, com a indissociabilidade entre os indivíduos que idealizam, planejam, põem em prática e avaliam (SOUZA, 2009);
- Envolver os sujeitos, apropriando-se do desejo e da capacidade deles de apresentarem soluções para os problemas : “Pergunta a essa galera, a galera é parte da solução” (ESTUDANTE 03).

II – Atenção à normatização dos espaços participativos:

- As regras relacionadas à participação têm de ser definidas por todos;
- As normas não podem limitar a participação que busque ações transformadoras (SOUZA, 2009).

III – Consideração dos diversos tipos de conhecimento:

- Reconhecer os saberes acadêmicos, técnicos, políticos e vividos trazidos pelos atores escolares : “Não subestime ninguém sobre o que esta pessoa pode propor, para tudo, não subestima (...) a gente diz que fulano é melhor do que sicrano, melhor em que? Em que tipo de conhecimento? O conhecimento escolar acadêmico é apenas um deles” (ESTUDANTE 03).

IV – Respeito aos diferentes interesses:

- Prestar atenção aos interesses e necessidades de todos;
- “Integrar a minoria nos espaços de deliberação” (ESTUDANTE 01).

V – Organização de espaços físicos e horários adequados:

- Construir ou ampliar espaços físicos para ocorrerem os debates e definir horários convenientes para a participação dos pais e da comunidade externa, ou seja, criar espaço-tempo para a escuta dos atores escolares (STEIMBACH, 2018).

VI – Conexão com a realidade na qual a escola encontra-se inserida:

Os alunos das ocupações do *Campus* Vitória – IFPE mostraram a necessidade de a escola estar vinculada à realidade para:

- Conhecer as demandas da comunidade interna e externa;
- Discutir assuntos que afetem a vida cotidiana;
- Buscar apoio para a organização, articulação e avaliação dos projetos e das ações.

Reflexões...

- É preciso consolidar a horizontalidade das relações nas instituições de ensino, por meio do diálogo nas assembleias e da participação nos espaços decisório e avaliativos, visando diminuir a burocracia;
- A discussão da realidade e a divisão das responsabilidades e das conquistas com os atores escolares faz estes se reconhecerem como sujeitos de direito, e assim, posicionarem-se criticamente.

Referências Bibliográficas

GADOTTI, M. Projeto Político-Pedagógico da Escola: Fundamentos para a sua realização. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 7. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.) **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 7. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

MELO, M. T. L. Gestão Educacional: Os desafios do cotidiano escolar. In: FERREIRA, N. S. C; AGUIAR, M. A. da S (Orgs.). **Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos**. 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum de educação** / Vitor Henrique Paro. - São Paulo: Cortez, 2008. - (Coleção questões da nossa época; 135).

ROSENO, C. P. **Escola sem Partido:** um ataque as políticas educacionais em gênero e diversidade sexual no Brasil. Petrolina, 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares, Universidade de Pernambuco, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5056712. Acesso em: 28 set. 2018.

SAVIANI, D . **Escola e Democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política! Dermeval Saviani. - 32. ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 1999. - (Coleção polêmicas do nosso tempo).

_____. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações/Dermeval Saviani – 11 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. — (Coleção educação contemporânea).

SOUZA, Â. R. de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.25, n.03, p.123-140, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/07.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2018.

STEIMBACH. A. A. **Escolas ocupadas no Paraná:** Juventudes na resistência política à reforma do Ensino Médio (Medida Provisória 746/2016). Curitiba, 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6454873. Acesso em: 02 fev. 2019.

Obrigada!